



Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Direito
Departamento de Direito Privado

PROGRAMA DA SELEÇÃO DO CERTAME PARA SELEÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

DISCIPLINA: Direito Internacional Privado

1. Noções fundamentais. Contato espacial de duas ou mais ordens jurídicas. Conflitos de leis. Objeto e finalidade. Denominação. Elemento de estraneidade. Suas relações com os direitos intertemporal, comparado e internacional público. DIPr e Direitos Humanos. DIPr e direito uniforme. Taxinomia. Normas indicativas. Métodos.
2. As fontes do Direito Internacional Privado. Fontes nacionais. Tratados. Costume internacional. Doutrina. Jurisprudência. Princípio Gerais do DIPr. Fontes transnacionais. Conflitos entre as fontes. Diálogo das fontes.
3. Elemento e objeto de conexão. Espécies de elementos de conexão. Qualificação dos elementos de conexão. Principais elementos de conexão. Teoria da Qualificação. Reenvio.
4. A aplicação do direito estrangeiro. Natureza jurídica. A questão da competência. Aplicação direta da lei estrangeira. Limites e aplicação do direito estrangeiro. Ordem pública. Fraude à lei. Instituição desconhecida. Normas de aplicação imediata. Prelevement. Norma mais favorável à pessoa.
5. Condição jurídica do migrante. Princípios e diretrizes da Política Migratória brasileira. Direitos e deveres do migrantes. Documentos de viagem. Vistos. Naturalização. Repatriação. Deportação. Expulsão. Extradicação.
6. Parte especial: Direito de Família. Casamento. Divórcio. Relações parentais. Adoção internacional de menores. Sequestro internacional de crianças.
7. Parte especial: Direito das sucessões. Regra geral da LINDB. Sucessão de bens de estrangeiros situados no País. Capacidade para suceder. Autonomia da vontade. Execução de testamento celebrado no estrangeiro.
8. Parte especial: Obrigações e Contratos. Obrigação proveniente de contrato. Obrigação no exterior destinada à execução no Brasil. Autonomia da vontade. Convenção da ONU sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias.
9. Cooperação jurídica internacional. Competência Internacional do Brasil. Homologação de sentenças estrangeiras. Cartas rogatórias. Auxílio direto.